

## ERRATA

### REVISÃO CARTÓRIOS - 3.366 QUESTÕES COMENTADAS-4ª ed.

*Coordenação: Luciano Rossato e Paulo Lépore*

*Texto incluído: aparece em fonte vermelha.*

*Texto em fonte preta: texto existente na edição anterior.*

#### TOMO2

Disciplina: Direito Processual Civil

Autores: Luciano Alves Rossato

#### PÁG. 158

##### Questão 18.

**(IESES – Cartório – TJ – RS/2013)** De acordo com o Código de Processo Civil, o advogado tem direito de:

- I. examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, salvo os que correm em segredo de justiça.
  - II. requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias.
  - III. fazer anotações manuscritas nas folhas do processo, desde que identificadas, bem como riscar expressões que entender injuriosas.
  - IV. para obtenção de cópias, quando o prazo for comum para manifestação, retirar os autos pelo prazo de 1 (um) dia independentemente de ajuste.
- a) Apenas II e IV estão corretas.
  - b) I, III e IV estão corretas.
  - c) I, II e III estão corretas.
  - d) Apenas I e II estão corretas.

› **Nota do autor:** os direitos do advogado servem precipuamente como instrumento de defesa dos interesses dos jurisdicionados.

**Alternativa correta: letra “d”. Estão corretos os itens I e II.**

**Item I. Certo.** O advogado tem direito de examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, ressalvadas a hipótese de segredo de justiça, nas quais apenas o advogado constituído terá acesso aos autos (art. 107 I do CPC 2015).

**Item II. Certo.** O advogado tem direito de requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias (CPC, art. 107, II).

**Item III. Errado.** É defeso às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados. Sem tais fatos ocorrerem, de ofício ou a requerimento do ofendido, o juiz determinará que as expressões ofensivas sejam riscadas e, a requerimento do ofendido, determinará a expedição de certidão com inteiro teor das expressões ofensivas e a colocará à disposição da parte interessada (art. 78, § 2º CPC de 2015).

**Item IV. Errado.** Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos (art. 107, § 2º).

Disciplina: Direito Tributário  
Autores: Harrison Leite e Thiana Cairo

**PÁG. 386****Questão 11.**

**(Vunesp – Cartorio – SP - Remocao/2016)** As alíquotas de um tributo podem ser

- a) fixas e invariáveis.
- b) invariáveis desde que diferentes da alíquota zero.
- c) fixas e variáveis.
- d) variáveis desde que em percentual máximo de 15% do valor do bem.

**Nota dos autores:** Da análise da CRFB/88 e do CTN, as alíquotas se dividem em específica e “ad valorem”. Será específica quando se referir a um percentual do critério quantitativo que o Fisco postula como devida. Por exemplo, alíquota de 1% do IPTU ou 27,5% do Imposto de Renda. Será específica quando for um valor determinado, individuado, específico, valendo-se de uma determinada grandeza, que pode ser em quilos, metros cúbicos ou outra unidade de medida, como R\$ 1.000,00 para cada m3 de determinado grão importado. As demais classificações são doutrinárias e não jurídicas.

**Alternativa correta: letra “c”:** Normalmente, as alíquotas são fixas e variáveis. Fixas quando o percentual ou o valor é o mesmo independente da base de cálculo. E variável quando a alíquota oscila de acordo com a alteração da base de cálculo, podendo ser regressiva ou progressiva. Será regressiva quando diminuir de acordo com o aumento da base de cálculo e progressiva quando aumenta de acordo com o aumento da base de cálculo. Mas pode haver variação da alíquota também em função da essencialidade do produto, como ocorre com o IPI e o ICMS.

**Alternativa “a”:** Num sistema tributário com o foco na justiça distributiva, na igualdade fiscal e na capacidade contributiva, dificilmente haverá alíquota invariável, sob pena de se proteger a injustiça tributária, quando pobres e ricos são taxados com as mesmas alíquotas de tributos.

**Alternativa “b”:** Assertiva mal elaborada. A alíquota de um tributo pode até não variar, notadamente nos tributos reais, muito embora a sua variação seja sempre desejada com o fim de se proteger a capacidade contributiva. Mas a não variação não tem qualquer relação com a alíquota zero pretendida na assertiva. Até porque, uma alíquota zero invariável significa nunca ser zero, dado que o critério quantitativo zero impede a cobrança de qualquer tributo.

**Alternativa “d”:** A alíquota pode ser variável, sem sofrer o limitador de 15%. Aliás, esse percentual está previsto na Lei n. 10.257/01 como alíquota máxima para o IPTU progressivo no tempo (art. 7º, 1º do Estatuto da Cidade) sem qualquer relação com um limite geral para todos os tributos. Até porque, no IRPF alíquota máxima é 27,5% e no ICMS e IPI os valores podem ser bem maiores, sem apresentar qualquer inconstitucionalidade.

Disciplina: Direito Penal  
Autores: Danilo da Cunha Sousa

**PÁG. 610**

**Questão 12**

(Cespe – Cartorio – TJ – BA/2014) Considerando os princípios orientadores do direito penal, assinale a opção correta.

- a) Dado o princípio da limitação das penas, veda-se que a pena passe do condenado para outrem, ainda no que se refira à execução dos sucessores do agente quanto às obrigações decorrentes de eventuais danos.
- b) Considera-se, em relação aos crimes de conteúdo múltiplo, que, se em um mesmo contexto, o agente realizar ação correspondente a mais de um dos verbos do núcleo do tipo penal, ele só deverá responder por um único delito, em virtude do princípio da alternatividade.
- c) Dado o princípio da defesa, também denominado princípio real, deve-se aplicar a lei brasileira a nacional brasileiro que cometa crime na Alemanha, ainda que ele seja ali preso, julgado e condenado.
- d) No CP brasileiro, no que tange à aplicação da lei no tempo e no espaço, adotam-se, respectivamente, as teorias da ubiuidade e da atividade.
- e) O princípio da intervenção mínima baseia-se nas seguintes premissas: mínima ofensividade da conduta, inexistência de periculosidade social do agente e inexpressividade da lesão provocada.

**Alternativa “a”.** O cometimento de um crime acarreta responsabilidade penal, esta intransmissível, e civil, consistente no dever de indenizar, que pode ser objeto de sucessão aos herdeiros, dentro da força da herança.

**Alternativa “b”.** Um exemplo de crime de conteúdo múltiplo é o tráfico de drogas (art. 33, *caput*, Lei nº 11.343/06). O princípio da alternatividade se relaciona ao conflito aparente de normas, o que não ocorre nos crimes de ação múltipla, pois a norma é única, vedando-se a dupla imputação em razão do *in dubio pro reo*.

**Alternativa “c”.** Pelo princípio da defesa ou proteção, leva-se em consideração a nacionalidade do sujeito passivo do crime ou do objeto jurídico tutelado. Não se leva em consideração a nacionalidade

do sujeito ativo do crime. É o caso de se aplicar a lei brasileira a quem pratica crime contra a vida do Presidente da República, ainda que o fato tenha ocorrido no exterior.

**Alternativa “d”.** Considera-se praticado o crime **no momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o momento do resultado (**art. 4o, CP – tempo do crime – teoria da atividade**). Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a **acao ou omissao**, no todo ou em parte, **bem como** onde se produziu ou deveria produzir-se o **resultado** (**art. 6o, CP – lugar do crime – teoria da ubiuidade**).

**Alternativa “e”.** O princípio da intervenção mínima impõe que o Direito Penal seja reservado à tutela dos bens jurídicos mais relevantes, cuja proteção por outros ramos do Direito se mostre ineficiente.

**Alternativa correta: letra “b”.**

**PÁG. 617****Questão 27**

(IBFC – Cartorio – TJ – PR/2014) Assinale a alternativa incorreta:

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas

estabelecidas na legislação especial.

- c) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.
- d) A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal.

›. **Nota do autor:** o candidato deve ficar atento, pois o examinador exigiu a alternativa incorreta.

**Alternativa “a”.** Em caso de doença mental, o critério da imputabilidade é biopsicológico. Assim, não basta que a pessoa seja portadora de doença mental (critério biológico). Além disso, essa doença mental deve impedir que ele tenha ciência da ilicitude do fato, como ainda se determinar de acordo com esse entendimento.

**Alternativa “b”.** Os menores de dezoito anos, pelo critério unicamente biológico, são inimputáveis e, por isso, estão sujeitos à legislação especial (ECA).

**Alternativa “c”.** O CP adotou a teoria *actio libera in causa*, em que se leva em consideração a capacidade do agente antes de se colocar em situação de embriaguez, seja voluntária, seja culposamente, motivo pelo qual a embriaguez não é causa de exclusão de imputabilidade.

**Alternativa “d”.** A emoção e a paixão são estados psíquicos passageiros de modo que não afetam a capacidade do agente de entender o caráter ilícito do fato e de se determinar de acordo com ele.

**Alternativa correta: letra “c”.**

## PÁG. 633

### Questão 58.

**(FMP – Cartorio – TJ – MT/2014)** Assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, inimputável.
- b) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, semi-imputável.
- c) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, imputável, sujeitando-se às normas do art. 26 do CP, que regulam a responsabilidade penal, em geral.
- d) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, detentor de retardo mental.
- e) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, oligofrênico.

**Alternativas “a” e “b”.** O STF entende que, a princípio, o índio é considerado imputável. Porém, em caso de dúvida quanto ao grau de seu processo de integração pode exigir exame antropológico.

**Alternativa “c”.** De acordo com o entendimento do STF, o indígena que já se encontra integrado à comunhão e cultura nacional deve ser considerado penalmente responsável, aplicando-se por inteiro o CP.

**Alternativa “d”.** A inimputabilidade ou semi-imputabilidade do índio decorre do maior ou menor grau de sua integração à comunidade e não de retardo mental.

**Alternativa “e”.** Oligofrênico é a pessoa portadora de doença mental, em que o QI é bastante diminuído, o que não se pode presumir em relação a qualquer grupo étnico.

**Alternativa correta: letra “c”.**

## PÁG. 636

### Questão 64.

**(IESES – Cartorio – TJ – PA/2016)** No que diz respeito à classificação do crime quanto ao concurso de Pessoas, é correto afirmar:

- a) O crime de furto (art. 155 do CP) é plurissubjetivo de condutas contrapostas.
- b) O crime de peculato (art. 312 do CP) é plurissubjetivo de condutas paralelas.
- c) O crime de bigamia (art. 235 do CP) é plurissubjetivo de condutas convergentes.
- d) O crime de roubo (art. 157 do CP) é plurissubjetivo de condutas paralelas.

**Alternativa “a”.** o crime de furto é monossubjetivo, porque pode ser praticado por uma só pessoa. O concurso de pessoas é eventual nesse crime. O crime plurissubjetivo de condutas contrapostas é aquele em que **as condutas praticadas são umas contra as outras, sendo, ao mesmo tempo, autores e vítimas. Ex. art. 137, do CP, crime de rixa.**

**Alternativa “b”.** o crime de peculato é monossubjetivo, porque pode ser praticado por uma só pessoa. O concurso de pessoas é eventual nesse crime. O crime plurissubjetivo de condutas paralelas é aquele em que **as condutas auxiliam-se mutuamente.**

**Alternativa “c”.** trata-se de crime plurissubjetivo: praticado por duas ou mais pessoas. Condutas convergentes: A conduta de um agente se direciona à de outro, sendo que, do encontro de ambas surge o resultado. Na bigamia, há ao menos dois autores e as condutas deles nascem separadas para depois se unirem.

**Alternativa “d”.** o crime de roubo é monossubjetivo, porque pode ser praticado por uma só pessoa. O concurso de pessoas é eventual nesse crime.

**Alternativa correta: letra “c”.**

Disciplina: Direito Processual Penal  
Autores: Rafael Catani Lima

## **PÁG. 801**

### **Questão 01**

**(Cespe – Cartorio – ES/2013)** Em relação ao inquérito policial e aos princípios gerais informadores

do processo penal, assinale a opção correta.

- a) Se o indiciado estiver em liberdade, o prazo para a conclusão do inquérito policial será de trinta dias, podendo ser prorrogado por determinação da autoridade judiciária competente.
- b) Dado o princípio da busca da verdade real, que rege o processo penal, o juiz do processo pode esclarecer pontos obscuros, desde que circunscritos às provas apresentadas pela acusação e pela defesa, à qual se atribui o ônus probatório, não sendo admitida, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, a atividade instrutória do juiz no processo penal.
- c) A recusa do acusado em se manifestar durante seu interrogatório poderá gerar presunção do reconhecimento do crime a ele imputado, em face do livre convencimento do juiz.
- d) O delegado de polícia somente perderá a disponibilidade da iniciativa para a instauração do inquérito policial em caso de crimes de ação penal privada.
- e) Não havendo indícios suficientes de autoria para se proceder ao ato de indiciamento nos autos de um inquérito policial, deverá a autoridade policial competente, determinar, de ofício, o sobrestamento do feito, comunicando o procedimento à autoridade judiciária competente.

**Alternativa correta: “letra a”:** A alternativa está correta, pois determina o artigo 10 do Código de Processo Penal que, o inquérito deverá ser encerrado no prazo de **10 dias, caso o indiciado estiver preso;** ou em **30 dias** acaso ele se encontre solto.

**Alternativa “b”:** A alternativa está incorreta, pois à luz do artigo 156 do Código de Processo Penal, donde a doutrina extrai o princípio da verdade real, pode o juiz determinar provas de ofício, até mesmo antes de iniciada a ação penal, desde que relevantes os fatos para a elucidação da causa.

**Alternativa “c”:** Em decorrência do artigo 5º, inciso LXIII da Constituição Federal, que dispõe sobre o direito de não produzir prova contra si mesmo, denominado de *nemo tenetur se detegere*, não pode o silêncio ser interpretado em desfavor do acusado, em virtude de seu estado natural de inocência e, também, porque o seu silêncio é direito fundamental da pessoa humana. Portanto, a alternativa está incorreta.

**Alternativa “d”:** A alternativa está incorreta, pois o Código de Processo Penal em seu artigo 5º, determina que o inquérito policial poderá ser iniciado pela autoridade policial das seguintes formas:

a) de ofício; b) mediante requisição do Ministério Público ou da autoridade judiciária, ou a requerimento do ofendido; c) e a doutrina acrescenta o auto de prisão em flagrante, apesar de não descrito no artigo retro. Portanto, diante da *notitia criminis*, não poderá o delegado de polícia quedar-se inerte, sob pena de responsabilização por crime de prevaricação (CP, art. 319), pois é um dever seu investigar os fatos que chegam ao seu conhecimento.

**Alternativa “e”:** Não poderá a autoridade policial determinar o arquivamento dos autos do inquérito policial à luz do artigo 17 do Código de Processo Penal, e sobrestar o andamento do feito seria equivalente à situação retro. Portanto, não cabe à autoridade policial esse juízo de valor, devendo remeter os autos, depois de concluídas as investigações à autoridade judiciária para que abra vista ao Ministério Público (titular da ação penal), para que delibere sobre o arquivamento ou oferecimento da denúncia.

## **PÁG. 806**

### **Questão 10**

**(IESES – Cartorio – Provimento – TJ – CE/2018)** É certo afirmar:

- I. A acareação é prova eminentemente processual não comportando ser utilizada pela Autoridade Policial no curso do inquérito.
- II. A peça acusatória é uma exposição narrativa e demonstrativa. Narrativa, porque deve revelar o fato com todas as suas circunstâncias, apontando o seu autor (quis), os meios que empregou (quibus auxiliis), o mal que produziu (quid), os motivos (cur), a maneira como o praticou (quomodo), o lugar (ubi) e o tempo (quando).
- III. O inquérito policial tem natureza administrativa. São seus caracteres: ser escrito, sigiloso e inquisitivo, já que nele não há o contraditório.
- IV. O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 90 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

**Assertiva I:** A afirmação está errada. O artigo 6º, VI, do Código de Processo Penal, ao dispor sobre as diligências investigativas, a cargo da autoridade policial, prevê a possibilidade da determinação da *acareação* ainda na primeira fase da persecução penal.

**Assertiva II:** A afirmação está correta. A peça acusatória é o meio pelo qual o legitimado postula, perante o Poder Judiciário, a aplicação do Direito no caso concreto. É a partir dela que

se fará a imputação criminal a alguém e é através dela também que o imputado terá o seu direito de defesa. Nesse sentido, é imprescindível que na elaboração da peça acusatória (Ministério Público – nos crimes de ação penal pública; Querelante, nos crimes de ação penal privada), o autor tenha o cuidado de descrever todas as circunstâncias do crime, as suas consequências, os meios utilizados, o momento da prática criminosa, o local da prática da conduta e do resultado, além do apontado do autor da infração penal.

**Assertiva III:** A afirmação está correta. O Inquérito Policial é um procedimento administrativo, pois conduzido pela autoridade policial. Suas principais características são: a) procedimento escrito (artigo 9º, do Código de Processo Penal); b) procedimento sigiloso (artigo 20, do Código de Processo Penal); c) procedimento inquisitivo, uma vez que objetiva a investigação acerca da materialidade e autoria delitiva, não havendo, nesta fase, contraditório.

**Assertiva IV:** A afirmação está errada. De acordo com o artigo 10, do Código de Processo Penal, caso o investigado tenha sido preso em flagrante, ou esteja preso preventivamente, o Inquérito Policial deverá ser finalizado no prazo de 30 (trinta) dias. No entanto, caso o investigado esteja em liberdade, o prazo para conclusão do procedimento investigatório é de **10 (dez) dias**.

**Alternativa correta: letra “a”.** Somente as proposições II e III estão corretas.

## PÁG. 809

### Questão 15

**15. (FMP – Cartorio – TJ – MT/2014)** Em relação aos prazos para a conclusão da investigação preliminar, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Estando o réu solto, ela deve findar impreterivelmente em trinta dias sob pena de violação de preceito constitucional.
- b) Sendo necessário e estando o réu solto, poderá ser concluída em mais de noventa dias no caso dos crimes previstos na lei antidrogas.
- c) Tem a previsão de dez dias estando o réu preso ou solto, no caso de crimes contra a economia popular.
- d) Nos crimes de competência da Justiça Federal, a regra para o caso de réu solto, é que finde em trinta dias.
- e) O inquérito penal militar prevê o prazo de vinte dias estando o réu preso.

**Alternativa incorreta: letra “a”:** A alternativa está incorreta, pois caso o réu esteja solto, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Penal, realmente, o processo deverá se findar em 30 dias, entretanto, caso não ocorra desta forma, ocorrerá mera **irregularidade** e não violará nenhum preceito constitucional, diferente da hipótese de **réu preso**.

**Alternativa “b”:** A alternativa está correta, pois a Lei nº 11343/06 (Lei de Drogas), em seu artigo 51, estabelece que em caso de **réu solto**, o inquérito policial deverá encerrar-se no prazo de **30 dias**, prorrogáveis por igual período e sucessivos períodos, podendo, portanto, ultrapassar o montante de 90 dias.

**Alternativa “c”:** A alternativa está correta, pois, nos crimes da Lei de Crimes contra Economia Popular, previstos na lei 1.521/51, seu artigo 10, § 1º, estabelece que, o inquérito policial deverá findar-se em **10 dias**.

**Alternativa “d”:** A alternativa está correta, pois em caso de processos de competência da Justiça Federal, o inquérito policial deverá findar-se em **30 dias** caso o réu esteja solto ou em **15 dias**, caso o réu esteja preso, conforme estabelece o artigo 66 da Lei nº 5.010/66 que, estabelece a organização da Justiça Federal.

**Alternativa “e”:** A alternativa está correta, pois o artigo 20 do Código de Processo Penal Militar estabelece que, o inquérito militar, em estando o réu preso, deve se findar em 20 dias ou estando ele solto em 40 dias.

## PÁG. 827

**Questão 46**

**(IBFC – Cartorio – TJ – PR/2014)** Assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo estabelece o Código de Processo Penal o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, mesmo que haja devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público recebeu pela primeira vez vista dos autos.
- b) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- c) O prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.
- d) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

**Alternativa incorreta: letra “a”:** A alternativa está **incorreta**, portanto, é a que deve ser assinalada, pois o prazo para o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público, realmente, é de **5 dias em caso de réu preso e de 15 dias em caso de o réu livrar-se solto**, contados da data do **recebimento do inquérito policial**, entretanto, caso haja a remessa do inquérito policial à Delegacia de Polícia para novas e imprescindíveis diligências, o prazo para ofertar a denúncia contará **da data em que o Parquet receber novamente os autos do inquérito policial**.

**Alternativa “b”:** A alternativa está correta, pois determina o artigo 45 do Código de Processo Penal que, em caso de **ação penal privada**, a queixa poderá ser aditada pelo órgão ministerial, cabendo a este, intervir em todos os termos subsequentes do processo.

**Alternativa “c”:** A alternativa está correta, pois é clarividente o que dispõe o artigo 46, § 2º, do Código de Processo Penal, no sentido de que o prazo para o **aditamento** para o Ministério Público aditar a queixa é de **3 dias**.

**Alternativa “d”:** A alternativa está correta, pois vigora na ação penal privada o **princípio da indivisibilidade**, ao processar um dos autores dos crimes, deverá, necessariamente, a vítima processar a todos, sob pena de utilização do processo com espírito vingativo. É o que determina o artigo 48 do Código de Processo Penal.

**PÁG. 828****Questão 47**

**(IBFC – Cartorio – TJ – PR/2014)** Assinale a alternativa correta:

- a) A representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.
- b) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual não será o juiz obrigado a atender.
- c) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- d) Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o ascendente, e em seguida, o parente mais próximo na seguinte ordem: cônjuge, descendente e irmão.

**.Nota do autor:** Em caso de eventual conflito entre os legitimados para a propositura da ação penal privada após a morte da vítima, a doutrina determina que prevalecerá **aquele que deseja manejar a ação**, em detrimento de quem preferir quedar-se inerte.

**Alternativa correta: letra “c”:** A alternativa está correta, pois peremptoriamente determina o artigo 29 do Código de Processo Penal que, em caso de inércia do órgão ministerial na propositura da ação penal é possível o manejo de ação penal privada subsidiária da pública, tendo **legitimidade para tanto o próprio ofendido**; determina, ainda, o artigo 31 do diploma retro que, em caso de **morte do ofendido**, a legitimidade para a propositura de tal ação passar a ser do cônjuge, ascendente, descendente e irmãos.

**Alternativa “a”:** A alternativa está **incorreta**, pois determina o artigo 25 do Código de Processo Penal que, **após o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público**, a representação é **irretratável**; a exceção são os casos de aplicação da lei 11.340/06 em que, a representação é **retratável até o recebimento da denúncia**, com audiência designada para este desiderato.

**Alternativa “b”:** A alternativa está incorreta, pois nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, quando o juiz não concordar com a promoção de arquivamento solicitada pelo *Parquet* deverá remeter os autos ao chefe desta instituição, representada pelo Procurador-Geral de Justiça que, ao determinar o arquivamento ou o oferecimento da denúncia, **o juiz fica vinculado por tal decisão**.

**Alternativa “d”:** A alternativa está incorreta, pois o artigo 31 do Código de Processo Penal estabelece uma lista de legitimados e que deverá ser seguida peremptoriamente, sendo que, os primeiros precedem aos últimos. São eles, primeiro o cônjuge, ascendente, descendente e depois os irmãos. Em caso de conflito entre estes, veja a nota do autor.